



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRDIO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**CARLA MAILDE FEITOSA SANTA CRUZ**

**ESTUDO DO CONFLITO IDENTITÁRIO E TERRITORIAL NAS COMUNIDADES  
RURAIS DE OLHO D'ÁGUA DO PADRE E CAITITU**

**SUMÉ-PB  
2013**

**CARLA MAILDE FEITOSA SANTA CRUZ**

**ESTUDO DO CONFLITO IDENTITÁRIO E TERRITORIAL NAS COMUNIDADES  
RURAS DE OLHO D'ÁGUA DO PADRE E CAITITU**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura em Educação do Campo  
do Centro de Desenvolvimento  
Sustentável do Semiárido, da  
Universidade Federal de Campina  
grande, como requisito para  
obtenção do título de Licenciado em  
Educação do Campo.**

**Orientador: Valdonilson Barbosa dos Santos**

**SUMÉ-PB  
2013**

S231e Santa Cruz, Carla Mailde Feitosa.

Estudo do conflito identitário e territorial nas comunidades rurais de Olho d'Água do Padre e Caititu. / Carla Mailde Feitosa Santa Cruz. - Sumé - PB: [s.n], 2013. 88 f.

Orientador: Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Identidade. 2. Territorialidade. 3. Memórias. 4. Protagonismo. I. Título.

UFCG/BS

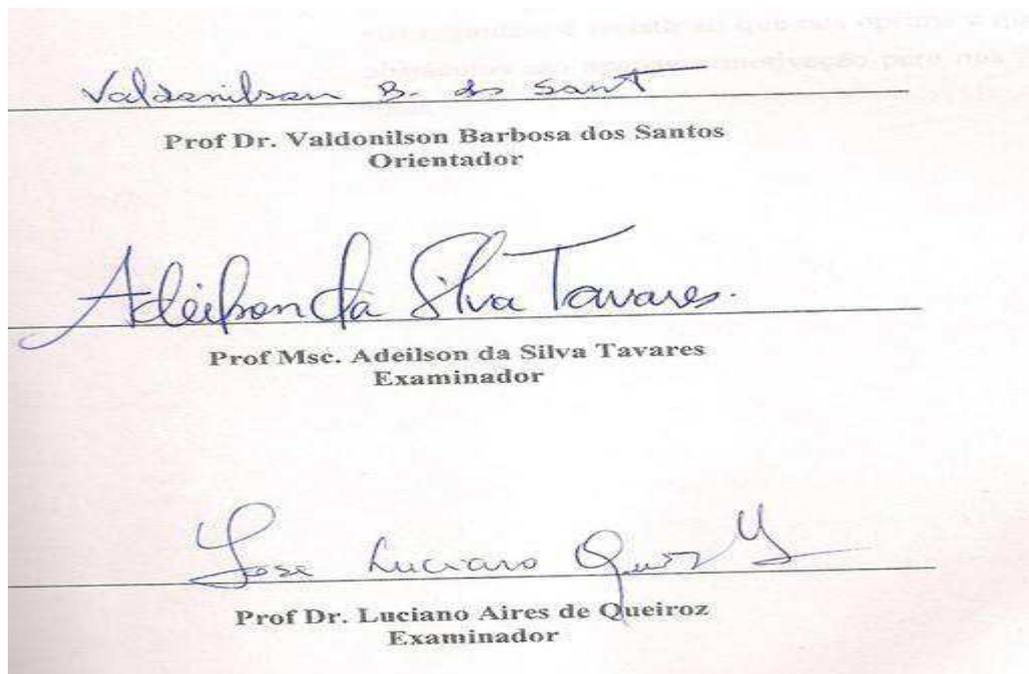
CDU: 37(043.3)

**CARLA MAILDE FEITOSA SANTA CRUZ**

**ESTUDO DO CONFLITO IDENTITÁRIO E TERRITORIAL NAS COMUNIDADES  
RURAS DE OLHO D'ÁGUA DO PADRE E CAITITU**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura em Educação do Campo do  
Centro de Desenvolvimento Sustentável  
do Semiárido, da Universidade Federal  
de Campina grande, como requisito para  
obtenção do título de Licenciado em  
Educação do Campo.**

**BANCA EXAMINADORA:**



**Aprovada em 20 de setembro de 2013.**

**SUMÉ - PB**

A Pyetro, Eros e Cristal. Amo vocês imensamente!

Às mulheres e aos homens das comunidades pesquisadas, pela incessante luta e resistência! Vocês são o exemplo de que somos partes importantes nas mudanças sociais. Me fizeram acreditar com mais convicção de que precisamos nos organizar e resistir ao que nos oprime e que os obstáculos são apenas a motivação para nos fazer lutar.

## **AGRADECIMENTOS**

A Francinaldo Ribeiro, a Maria Helena e a José Wilson. Sem vossas contribuições não teria sido possível realizar este trabalho. Em especial a Maria Helena que durante toda sua vida fez esforços incalculáveis para possibilitar o melhor para mim. Sou e serei eternamente grata!

Ao ilustre Prof. Valdonilson Barbosa dos Santos, que pacientemente me recebeu por tantas vezes para orientação, sempre acreditou que este trabalho iria dar certo e pelas valiosas sugestões na tarefa de escrever estas linhas que se seguem. Arrumei não apenas um orientador, mas acima de tudo, um grande amigo.

A dona Zenilda, pessoa maravilhosa que sem medir esforços me acompanhou com a maior presteza na realização de todas as entrevistas nas comunidades.

A todos os meus professores, desde o que me ensinou a letra A até os da graduação, com a convicção de que vocês estarão todos em minha memória. Obrigada por tudo!

Aos técnico-administrativos da universidade (meu companheiros de profissão e lutas), que trabalham nos bastidores para que tudo der certo, especialmente a Amanda Kelle Fernandes de Abreu, minha amiga do coração.

As meninas e aos rapazes companheiros de universidade, por todas as aprendizagens juntos, pelas angústias (pense numas agonias que passamos juntos!) e pelas horas de descontração. Todos vocês moram no meu coração.

Aos sujeitos pesquisados por tão bem me receberem para realização das entrevistas e me prestarem depoimentos tão valiosos. Vocês foram a minha motivação maior. Aprendi enormemente com vocês!

## RESUMO

Este trabalho apresenta alguns resultados da pesquisa intitulada: *Estudo do Conflito Identitário e Territorial na Comunidades Rurais de Olho D'água do Padre e Caititu*, que teve como objetivo compreender, através de entrevistas temáticas e histórias de vida, como, quando e porque se iniciou o conflito identitário e territorial nestas comunidade. Visou também compreender quais os elementos envolvidos na constituição das identidades de sujeitos rurais em um contexto específico. A escolha pelo método de história oral como principal fonte documental deu-se pela necessidade de colocar os sujeitos pesquisados no centro da análise, como atores de suas histórias, como protagonistas, em torno do estudo sobre Identidade e Territorialidade. Os referencias teóricos utilizados para embasar a discussão sobre identidades foram: Silva (2009); Woodward (2009) e Hall (2009); já para subsidiar as discussões sobre Memórias foram Pollak (1989) e Brandão (2008) e para compreender a Terrotorialização-Desterritorialização-Reterritorialização foram principalmente Chelotti (2010); Haesbaert (1999; 2002). A luz das teorias postas foi possível compreender que as identidades se constroem a partir da necessidade do momento e recorrendo as mais diversas justificativas, tanto contemporâneas, como remotas, ambas importantíssimas para se compreender a relação de pertencimento por determinado território.

**Palavras-chave:** Identidade. Territorialidade. Memórias. Protagonismo.

## ABSTRACT

This paper presents some results of research entitled: Study of Conflict Identitarian and Territorial Communities in Rural Eye Watermark Father and Caititu, which aimed to understand, using thematic interviews and life stories, such as when and why they started identity conflict and territorial these comunidade. Visou also understand what elements involved in the formation of identities of individuals in a rural context específico. A choose the method of oral history as a primary source document was due to the need to put the subject in the center of the surveyed analysis as authors and actors of their stories, as protagonists around the study of identity and territoriality. The theoretical references used to support the discussion on identities were: Silva (2009), Woodward (2009) and Hall (2009) have to subsidize the discussions were about Memories Pollak (1989 and Brandão (2008) and to understand the Territorialização-Deterritorialization Repossession-were mainly Chelotti (2010); Haesbaert (1999, 2002). theories put light was possible to understand that identities are constructed from the need of the moment and using many different reasons, both contemporary and remote, both very important to understand the relationship of belonging to the territory.

**Key Words:** Identity. Territoriality. Memories. Protagonism.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>MODELANDO A PESQUISA: IDAS E VINDAS NUM CAMPO EM CONFLITO.....</b>	<b>13</b>
2.1	Caracterização das comunidades pesquisadas.....	12
2.2	O contato inicial com as comunidades.....	13
2.3	Conhecendo o conflito territorial e identitário a partir do posicionamento dos sujeitos pesquisados.....	14
2.4	A observação participante enquanto recurso metodológico na realização da pesquisa.....	15
2.5	O uso do diário de campo na realização da pesquisa.....	16
2.6	A história oral como fonte documental.....	17
2.7	A elaboração do roteiro de entrevistas.....	17
2.8	Conhecendo os sujeitos pesquisados.....	19
<b>3</b>	<b>A NECESSÁRIA COMPREENSÃO DOS CONCEITOS DE TERRITORIALIDADE E DESTERRITORIALIZAÇÃO APLICADOS AO ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>21</b>
3.1	Diálogos com os conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização.....	24
<b>4</b>	<b>DIALOGANDO COM A NOÇÃO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE.....</b>	<b>28</b>
<b>5</b>	<b>PROLEGÔMENOS SOBRE IDENTIDADE NO CONTEXTO DO ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>36</b>
5.1	Afirmando identidades e demarcando as diferenças: “nós” e “eles”.....	36
5.2	A disputa de poder envolvida na questão identitária e territorial.....	48
5.3	O protagonismo dos sujeitos pesquisados na busca pela afirmação da identidade.....	50
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESVELANDO POSSIBILIDADES.....</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>57</b>
	ANEXO I –Projeto de decreto legislativo.....	58
	ANEXO II –Ofício emitido pelo IBGE.....	70
	ANEXO III –Mapas dos territórios de Sumé e Serra Branca.....	72
	ANEXO IV – Abaixo Assino realizado pelos moradores.....	75
	APÊNDICE.....	86
	APÊNDICE I – Termo de Consentimento.....	87
	APÊNDICE II – Roteiro de entrevista.....	88

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como foco principal a compreensão de como se constitui a identidade de um grupo, mas para que esta compreensão fosse possível foi necessária a abordagem de alguns termos geográficos, históricos e sociológicos aplicados ao estudo intitulado: “*Estudo do conflito identitário e territorial nas comunidades rurais de Olho D’água do Padre e Caititu*”, tendo como propósito a compreensão de quando e como se iniciou o conflito territorial nestas comunidades, quais as consequências que este processo tem causado a partir da anunciação de que as comunidades seriam geridas pela unidade administrativa de Serra Branca-PB e a partir disso compreender como se instalou a crise identitária, bem como os elementos constituintes da identidade daqueles camponeses

Inicialmente é necessário que se compreenda o conceito de território “enquanto apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social e cultural” (Souza e Pedon, 2007), para isto, foram utilizados depoimentos que colocam em evidências os fatores constituintes do sentimento de pertencimento dos moradores pelo território de Sumé-PB.

A realização do presente estudo contribui para aprofundar e suscitar novas abordagens em torno da temática identidade e territorialidade, pois a especificidade da temática a ser investigada é bastante singular; singular, pois, o mesmo processo de desterritorialização e reterritorialização ocorreu em outras comunidades rurais a exemplo da comunidade rural Carnaúba de Cima que historicamente pertenceu ao município de Prata-PB, passando posteriormente a pertencer ao município de Sumé-PB, sem que houvesse nenhum problema de desterritorialização-reterritorialização, pois não havia o sentimento de pertença dos moradores pelo município.

É com o propósito de explicar, ou pelo menos iniciar a discussão sobre a produção das identidades dos sujeitos do campo no cariri paraibano que este estudo vem colaborar. Pretende-se, antes de tudo, possibilitar a discussão sobre o posicionamento dos sujeitos do campo na contemporaneidade frente às questões sociais que os envolvem, bem como fornecer elementos para uma visão mais crítica sobre identidades (que envolve etnia, gênero, ruralidade, etc.), para que antes de concordar com as diversidades, possa-se questionar, indagar, buscar a fundo conhecer os processos, as relações de poder e os sujeitos envolvidos nessa relação e possibilitar em sala de aula a discussão sobre identidade a partir do contexto local.

Silva (2009) aborda a necessária relação que deve existir entre identidade, diferença e sua abordagem em uma dimensão pedagógica.

Antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso explicar como ela é ativamente produzida. Uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença. (SILVA, 2009, p. 100).

O interesse pelo estudo deu-se, em busca de uma melhor compreensão sobre a produção das identidades no meio rural. Em um momento em que quase tudo é negociável, transitório, relativo, mutável, torna-se necessário que se entenda (ou questione) o que está em jogo ao se defender a identidade incessantemente. E no momento em que a localidade pesquisada parece em crise é relevante que se conheçam os motivos que faz com que os sujeitos permaneçam lá e como essa questão identitária se constitui em uma busca por afirmação de direitos.

Para os sujeitos envolvidos na pesquisa é de fundamental importância a realização de um trabalho que ponha-os no centro da discussão sobre suas identidades, pertencimento e lutas, desconstruindo os discursos da subalternidade. Para isto buscou-se compreender como estes atores sociais têm lutado incessantemente para defender o que se constitui como patrimônio histórico e cultural em suas vidas.

A contribuição desse trabalho gira em torno de dois aspectos principais: a contribuição acadêmica, no sentido de demonstrar como os sujeitos do meio rural constituem suas afirmações identitárias e como estas se constituem como lutas por afirmação de direitos; e outra no sentido de servir como documento comprobatório do histórico pertencimento dos moradores pelo território de Sumé, sensibilizando, assim, as autoridades envolvidas na demarcação do limites territoriais, que deve ser pensado a partir de elementos culturais envolvidos no processo, e não somente de forma técnica.

Estruturalmente este trabalho encontra-se organizado em três capítulos sendo o primeiro dedicado as noções preliminares do estudo, como caracterização dos sujeitos pesquisados e estratégias metodológicas; o segundo capítulo destina-se ao diálogo com a noção de memória coletiva e identidade, território, desterritorialização e reterritorialização e por fim dialoga-se com a noção de identidade no estudo de caso.

## 2 MODELANDO A PESQUISA: IDAS E VINDAS NUM CAMPO EM CONFLITO

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUISADAS

As comunidades rurais de Olho D'água do Padre, Caititu, Mulungu, Catonho e Assentamento Paulo Freire<sup>1</sup>, estão localizadas no Cariri Ocidental Paraibano, distando aproximadamente 18 quilômetros do município de Sumé e 30 quilômetros do município de Serra Branca. Residem nas comunidades aproximadamente 130 famílias e 600 moradores que sobrevivem basicamente da agricultura de subsistência, dos salários dos aposentados e dos poucos empregos públicos. Em termos de estrutura física existe na comunidade Olho D'água do Padre, uma escola de educação infantil atualmente gerida pela prefeitura municipal de Serra Branca, uma igreja católica, uma igreja evangélica, um posto de saúde em fase de acabamento na comunidade Caititu e vários bares.

Das cinco comunidades, quatro encontram-se organizadas em torno de duas associações: Associação Comunitária Beneficente Rural de Olho D'água do Padre e Associação Comunitária de Caititu, Mulungu e Catonho. É através destas associações que os moradores conseguem se articular para lutar por seus direitos no meio rural. Aposentadoria, aquisição de sementes, corte de terra, acesso a crédito, salário maternidade, construção de cisternas, implantação de projetos produtivos, são alguns exemplos de benefícios conseguidos através das associações comunitárias daquelas comunidades.

As atividades de lazer nas comunidades são basicamente direcionadas para o público masculino e resume-se aos jogos de futebol nos finais de semana. São comuns também os encontros nos bares quase todos os dias. O público feminino por sua vez não dispõe de muitas opções de lazer e algumas dedicam-se as atividades religiosas, tanto católicas como evangélicas.

Estas comunidades tiveram seu histórico de relacionamento construído em relação ao município de Sumé e com este território construíram suas relações culturais, sociais, econômicas e de pertencimento. Entretanto, após o ano de 2010 teve início um desequilíbrio nestas relações, pois com a realização do censo demográfico que utilizou o Sistema Global de Posicionamento-GPS para localização dos limites territoriais, constatou-se que as citadas comunidades estão inseridas no território pertencente à

---

<sup>1</sup> Essas comunidades estão envolvidas no conflito identitário, no entanto, os dados da pesquisa foram extraídos das comunidades Olho D'água do Padre e Caititu.

unidade administrativa de Serra Branca, devendo, para tanto ser assistidas por aquela unidade administrativa. Contudo, esta mudança deu-se sem que os moradores assim desejassem e sem que encontrassem afetividade nenhuma pelo outro município.

Este fato causou o que aqui é entendido como conflito territorial e identitário. Para a melhor compreensão de como se iniciou o conflito territorial é necessário que se compreenda alguns conceitos geográficos como territorialização, desterritorialização e reterritorialização utilizados no contexto do caso em estudo. Já para o entendimento dos desdobramentos deste processo e do início do conflito identitário é necessário a compreensão do conceito de identidade cultural, bem como de memória coletiva na constituição deste sentimento de pertencimento/identificação com determinado espaço.

O interesse pelas comunidades e os trabalhos de pesquisa nestas áreas foram iniciados no ano de 2012 com a realização de um projeto de extensão que pretendeu trabalhar as temáticas organização social e produtiva, realizado através da Universidade Federal de Campina Grande; nas oficinas sobre organização social foi objeto de discussão por parte dos moradores a existência de um problema que tem se constituído como entrave para o desenvolvimento das comunidades; problema este denominado pelos moradores de “*esse problema com Serra Branca*”.

Diante da gravidade da problemática posta, todas as discussões realizadas nas comunidades apontaram para a necessidade de melhor entendimento da questão, com isto, teve-se início o interesse pela realização deste estudo que busca compreender as implicações desta problemática para aquelas comunidades.

## 2.2 O CONTATO INICIAL COM AS COMUNIDADES

O interesse inicial pelas comunidades deu-se após o diálogo com outros profissionais que executam atividades lá e informaram que é um espaço propício para o desenvolvimento de um projeto de cunho socioeconômico, pois estas tem potencial por serem comunidades com um expressivo número de famílias que se reúnem frequentemente em torno de associações. Com isto realizou-se os primeiros contatos com os presidentes das associações, com o propósito de conhecer melhor as comunidades e as possibilidades de realização de atividades de cunho social e econômico.

O diálogo com o presidente da Associação de Olho D’água do Padre possibilitou que se enxergasse nas comunidades tanto possibilidades quanto desafios para implantação do projeto proposto através da Universidade Federal de Campina Grande.

Diante dos conhecimentos prévios sobre as comunidades e do estabelecimento de contato com os líderes comunitários criou-se um ambiente propício para o desenvolvimento de trabalhos profissionais. Diante da constatação de um espaço propício para desenvolver as atividades pretendidas deu-se a definitiva investida nas comunidades no ano de 2012 que culminou com a elaboração de um projeto de extensão que pretendeu trabalhar as temáticas organização social e produtiva, projeto este realizado e desenvolvido através do Núcleo de Produção Agropecuária - NUPAGRO da Universidade Federal de Campina Grande.

Como meta do projeto desenvolvido buscou-se trabalhar com os camponeses, através de oficinas, as estratégias de gestão, mobilização e organização social bem como as possibilidades de otimização das ações já desenvolvidas através das associações. Nas oficinas sobre organização social foi objeto de discussão por parte dos moradores a existência de um problema que tem se constituído como entrave para o desenvolvimento das comunidades; problema este denominado pelos moradores de “*esse problema com Serra Branca*”.

### 2.3 CONHECENDO O CONFLITO TERRITORIAL E IDENTITÁRIO A PARTIR DO POSICIONAMENTO DOS SUJEITOS PESQUISADOS

Durante o desenvolvimento das atividades previstas ao longo de 2012 para as comunidades foi-se tendo noção de quão expressivo é o problema territorial e identitário instalado naquelas comunidades e como este tem se constituído como impedimento para o desenvolvimento de quaisquer ações naquelas comunidades.

Nas várias visitas realizadas nas comunidades e nos constantes diálogos com diversos moradores foi se estabelecendo relação de confiança, criando-se um ambiente propício para o desenvolvimento de uma pesquisa que desse conta de compreender de que exatamente se tratava “*esse problema como Serra Branca*”, já que nos diversos diálogos estabelecidos sempre fazia-se menção a este assunto. As visitas posteriores nas residências e as longas horas de diálogo foram sendo construídas desde maio de 2012 até os dias atuais, tornando a relação mais próxima e confiante, possibilitando que estes falassem das coisas mais remotas que marcaram suas existências na comunidade. A cada nova visita realizada se estabelece mais confiança e os diálogos fluem ainda mais fácil e ricamente. Tanto é que ao visitar as pessoas para realização das entrevistas e cumprimentá-las ao

perguntar-lhes como vai? Alguns respondiam: “*não tá melhor porque a questão não foi resolvida*”.

#### 2.4 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE ENQUANTO RECURSO METODOLÓGICO NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

O estabelecimento de relações anteriores à realização da pesquisa ao longo de aproximadamente um ano, realizando visitas constantemente as comunidades, participando de algumas ações, vivendo um pouco dos seus costumes, bem como a vivência no meio rural durante alguns anos tornou possível o melhor entendimento das questões postas pelos sujeitos pesquisados. Dessa forma, a pesquisa realizada foi predominantemente participativa.

Pearsall (1965) tece importantes considerações sobre este método de pesquisa, apontando como uma estratégia para conseguir informações que dificilmente seria possível para um observador-pesquisador externo.

Além de constituir um dispositivo para se obterem informações detalhadas junto aos informantes, também é um conjunto de comportamento no qual o observador é envolvido. Seu objetivo é o de obter dados sobre o fenômeno em estudo, através de contatos diretos, em situações específicas, nas quais as distorções resultantes do fato de o pesquisador ser um elemento estranho são reduzidas ao mínimo. (PEARSALL, 1965, p. 38).

As vivências anteriores nas comunidades se deram em forma de visitas para conhecimento e diagnóstico socioeconômico, realização de oficinas sobre organização social, visitas a residências e estabelecimento de longos diálogos com os moradores, participação em ações promovidas por eles, a exemplo de reuniões fora da comunidade, das quais eles participaram e fizeram convite, entre outras.

O fato de ter vivido por alguns anos no meio rural, partilhando de vivências parecidas com a dos sujeitos pesquisados contribuiu significativamente para a compreensão da importância dos elementos simbólicos construídos no espaço rural e a sua relação com questões identitárias. Assim, não foi difícil compreender como se constitui o imaginário social no meio rural no cariri paraibano em se tratando da relação rural-urbano e o significado atribuído a esta relação por quem o vive.

## 2.5 O USO DE DIÁRIO DE CAMPO NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Este instrumento serviu prioritariamente para registrar aspectos impossíveis de serem registrados nas entrevistas gravadas e também para aqueles momentos indispensáveis para a pesquisa no qual o gravador encontrava-se desligado. As expressões faciais, os suspiros, as expectativas presentes nos entrevistados quando da realização das entrevistas revelaram muito sobre o sentimento de identidade territorial.

De posse das informações preliminares sobre a questão territorial e os desdobramentos desta em questões identitárias iniciou-se o contato com pessoas que pudessem subsidiar a pesquisa. Para isso, foram feitas entrevistas temáticas e histórias de vida. Os documentos históricos serviram de registro comprobatório quanto ao pertencimento das comunidades ao território de Sumé ao longo dos anos. Os documentos adquiridos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba – INTERPA, nos jornais da região do cariri, que por várias vezes noticiaram o conflito, além de busca documental no site da Assembléia Legislativa da Paraíba, onde se obteve acesso a documentos que remetem ao conflito estabelecido (ver anexo 1), foram fundamentais para situar geograficamente as comunidades e acompanhar as movimentações em torno do conflito identitário estabelecido com a nova configuração demarcatória entre os municípios de Sumé e Serra Branca(ver anexo 2).

O acesso aos documentos históricos e jornalísticos foi útil para compreender as relações históricas de pertencimento pelo território de Sumé, bem como para a inteiração dos acontecimentos ocorridos antes, durante e depois da instalação do conflito territorial e identitário, tornando possível compreender as razões e os significados das respostas dos entrevistados, situando-os a partir dos fatos históricos e contemporâneos.

## 2.6 A HISTÓRIA ORAL COMO FONTE DOCUMENTAL

Guiada pelos objetivos de compreender quais os fatores constituintes da identidade naquelas comunidades rurais é que se optou pela histórica oral como estratégia de coleta de informações, voltando às atenções para os sujeitos atores da história, que sendo colocados no centro das análises e da produção do conhecimento, contribuem para que as memórias se transformem em história. Neste estudo os sujeitos pesquisados são vistos não apenas como meros depoentes, mas como intérpretes e produtores de significações sociais,

uma vez que suas vivências em torno do conflito identitário e territorial são lançadas para dentro da história.

Para Meihy (1996), História Oral é o registro da história de vida de indivíduos que, ao focalizar suas memórias pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento da trajetória do grupo social ao qual pertence.

Aqui, as memórias e as vivências dos sujeitos pesquisados se prestam prioritariamente a ser fontes de significados para a identidade que está se delineando nas citadas comunidades rurais. As histórias produzidas através das memórias são interpretadas numa perspectiva Thompsiniana, onde analisa que os heróis poderão vir não só dentre os líderes, mas também dentre a maioria desconhecida do povo (THOMPSON, 1992).

## 2.7 A ELABORAÇÃO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS

O roteiro<sup>2</sup> das entrevistas semiestruturadas foi elaborado com dupla finalidade: tornar possível a compreensão dos elementos constituintes da identidade grupal a partir de elementos do cotidiano, para isto foram realizadas entrevistas temáticas com líderes comunitários e pessoas idosas; bem como, compreender através das histórias de vida daqueles que guardam em suas memórias lembranças importantes que, ao serem recuperados, torna possível compreender a importância dos elementos históricos na constituição das identidades.

Cabe ressaltar que embora tenha se seguido um roteiro pré-definido para as entrevistas temáticas, no momento de realização das entrevistas surgiam novos aspectos importantes para a pesquisa que necessitaram ser abordados.

A relação de confiança estabelecida anteriormente com a comunidade e a disposição de uma líder comunitária que acompanhou a realização de todas as entrevistas possibilitou uma maior confiança na realização dos trabalhos, o que dificilmente seria possível sem a mediação de um membro da comunidade. Todas as entrevistas foram realizadas nas comunidades, em sua maioria nas residências dos entrevistados, em finais de semana e em horário propício, o que contribuiu para que estes se mostrassem mais a vontade para falar sobre o tema proposto.

---

<sup>2</sup> O roteiro das entrevistas encontra-se anexo a este trabalho.

A principal dificuldade para realização e consolidação da pesquisa foi o curto período de tempo após a escolha da temática a ser investida e o prazo final para consecução dos trabalhos, pois trata-se de uma temática que merece uma aprofundada análise interdisciplinar para que sejam compreendida em sua total dimensão.

A escolha dos entrevistados foi feita com base na posição destes frente à problemática posta, da posição de líderes no grupo e da significância de suas vivências. Todos os entrevistados participam, vivem, presenciam e estão inteirados dos acontecimentos que dizem respeito as disputas territorial e identitária e contribuíram significativamente para compreensão da noção de constituição da identidade cultural.

Foi importante ouvir as versões dos entrevistados a respeito da problemática posta e compreender que, embora haja variações nas formas de expressar os sentimentos, estas circundam em torno de elementos coletivos e culturais, contemporâneos e históricos.

Não obstante ao estudo da história oral com enfoque nas versões dos entrevistados, para o maior aprofundamento do estudo, fez-se necessário a realização de visitas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, situado na sede de município de Sumé e ao Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba – INTERPA, situado na cidade de João Pessoa, órgãos estes responsáveis pelo recenseamento realizado em 2010 que constatou que as comunidades estão inseridas no território de Serra Branca e responsável pela demarcação de territórios do estado da Paraíba, respectivamente.

Nestas visitas foi possível obter as seguintes informações:

- Quando da realização do censo demográfico em 2010 o IBGE utilizou o Sistema Global de Posicionamento-GPS para mapeamento das fronteiras de cada município, com isto, detectou que as comunidades Olho D'água do Padre, Caititu, Mulungu, Catonho e Assentamento Paulo Freire encontram-se localizadas no território pertencente ao município de Serra Branca-PB. Diante destas informações pode-se evidenciar que não houve redefinição territorial e sim o histórico abandono das comunidades por parte dos gestores de Serra Branca e a histórica apropriação por parte dos gestores de Sumé, o que pode ser constatado em documentos históricos (ver anexo 2).

- No INTERPA foi possível a obtenção de mapas dos territórios de Sumé e Serra Branca, onde pode-se perceber que as comunidades envolvidas no conflito encontram-se nos limites dos municípios(ver anexo 3).

## 2.8 CONHECENDO OS SUJEITOS PESQUISADOS

A pesquisa, em forma de entrevistas foi desenvolvida entre 25/06/2013 e 02/09/2013, com dez entrevistados nas comunidades rurais de Olho D'água do Padre e Caititu, com faixa etária entre 24 e 88 anos, sendo cinco de cada uma. A opção por pesquisar apenas nestas duas comunidades deu-se pelo fato destas duas comunidades representarem através das associações os interesses dos moradores das cinco comunidades, assim, este público entrevistado constitui-se como significativa amostragem dos interesses comunitários. Neste trabalho optou-se por criar nomes fictícios para os entrevistados, como forma de preservação de suas identidades (conforme termo de consentimento livre e esclarecido no apêndice 1).

Os entrevistados foram escolhidos entre os mais idosos e os líderes comunitários, pelo fato de poder tanto investigar as memórias coletivas na constituição do sentimento de pertença pelo território de Sumé, quanto compreender através das lideranças os anseios de uma totalidade de moradores, visto que estes estão mais próximos dos interesses da coletividade. Foi importante colocar os sujeitos envolvidos na problemática territorial no centro dos questionamentos e das discussões sobre território e identidade, para com isso, melhor compreendê-los através das teorias que abordam as questões postas.

### 3 A NECESSÁRIA COMPREENSÃO DOS CONCEITOS DE TERRITORIALIDADE E DESTERRITORIALIZAÇÃO NO ESTUDO DE CASO

Para compreensão do conflito identitário e territorial é necessário a compreensão do conceito de território, bem como os conceitos de desterritorialização e reterritorialização aplicados ao estudo de caso, processo que segue certa linearidade e é denominado por Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização – TDR.

Aqui, “território é compreendido como sinônimo de espaço geográfico, espaço este apropriado e utilizado pelo homem em suas mais diversas perspectivas: econômicas, culturais, produtivas, espaço no qual as relações sociais são realizadas por sujeitos em contextos diversos, gerando territórios a partir das relações de poder” (CHELOTTI, 2010, p. 116).

Com a realização das entrevistas foi possível identificar os elementos envolvidos na apropriação do espaço geográfico e os fatores constituintes do sentimento de pertença pelo do território de Sumé. Na trajetória percorrida pelos moradores, vários são os fatores marcantes que os fazem afirmar ser de um território e negar pertencer ao outro.

A concepção de Proulx (1997) *apud* Wanderley (2009) sobre território dialoga com a concepção abordada neste estudo.

Para os indivíduos e as organizações, o território de inscreve sob a forma de marcos, tais como os lugares (rios, montanha, vale, planalto, floresta, mercado tradicional etc.), os trajetos (de caça, trabalho, defesa, esporte, lazer etc.) os símbolos (lutas, heróis, criações, produção), as estruturas fundiárias (obras, construções, pontes, portos, arquitetura, etc.), os equipamentos coletivos (moinhos, hospitais, escolas, campos de futebol, áreas de jogo, centros comunitários, salas de espetáculos etc.) que marcavam antes e ainda marcam o cotidiano vivido. (PROULX, 1997 *apud* WANDERLEY, 2009, p.232).

Ainda no mesmo estudo, Proulx (1997) faz importantes considerações sobre o território, as quais dialogam com o estudo realizado nas citadas comunidades rurais. Para este, “o território é também percebido como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida”.

Na história de vida de Martin de 74 anos, é possível a compreensão de como se deu a apropriação deste espaço enquanto território escolhido para viver e como as relações foram sendo construídas historicamente.

*“Eu vim parar aqui no município de Sumé, ainda pequeno, acabei sendo criado por aqui por essa região, aí pronto me registrei como filho de Sumé mesmo. Já morei pelo brejo por todo canto. Meus pais mudavam daqui por causa do tempo ruim, mudavam para um canto, mudavam para outro, mas eu nunca esqueci meu sítio, nunca, nunca. Porque a gente quem gosta de um canto acha bom, né? A gente se acostuma num canto só. E desde que foi minha vida por aqui eu nunca fui pra Serra Branca não, nem feira nem nada, nunca. Ninguém de Serra Branca não fez nada por aqui, prefeito nenhum”.*

Quando perguntado sobre suas lembranças em relação ao município de Sumé o entrevistado cita:

*“É questão de ir pra feira, porque na segunda se eu não for pra feira pra mim não tem segunda feira. Sempre em Sumé, em Serra Branca não. Tem que ir, pra dizer que é dia da feira. Mesmo que não vá fazer nada. Desde criança sempre ia pra feira, era uma diversão, achava bom quando ia. Ia a cavalo, ia a pés. Cansei de ir feira a pé para a feira de Sumé. Ia bem cedinho, quando era a boquinha da noite tava chegando em casa voltando”.*

Neste, e em outros depoimentos é possível compreender a dimensão cultural envolvida no sentimento de pertencimento pelo território de Sumé, com isso, percebe-se que quando se trata de identificação por determinado lugar existem valores que estão além do material, do palpável. Na análise do depoimento a seguir pode-se ter uma noção da histórica apropriação deste território. Quando indagada sobre o porquê de querer ser Sumé e não de Serra Branca, o entrevistado expõe:

*“Você vai entender bem direitinho. Porque todo movimento da gente, documento é Sumé. E ninguém nunca teve movimento em Serra Branca, pra você ver, tem gente aqui de 30,40 anos que nunca foi em Serra Branca, porque todo movimento é em Sumé. Que, como se diz, eu nasci me criei, já estou com essa idade aqui no município de Sumé, ninguém nunca chegou aqui dizer que tinha alguma parte com Serra Branca. Aí o motivo da gente querer ficar pra Sumé é esse. Olha, você vem de Sumé para aqui é 18 quilômetros, você vai daqui pra Serra Branca são, 30,31 quilômetros e não tem estrada. Aí pronto, o motivo é esse, que a gente nunca foi de Serra Branca. (Anita, 58 anos)”*

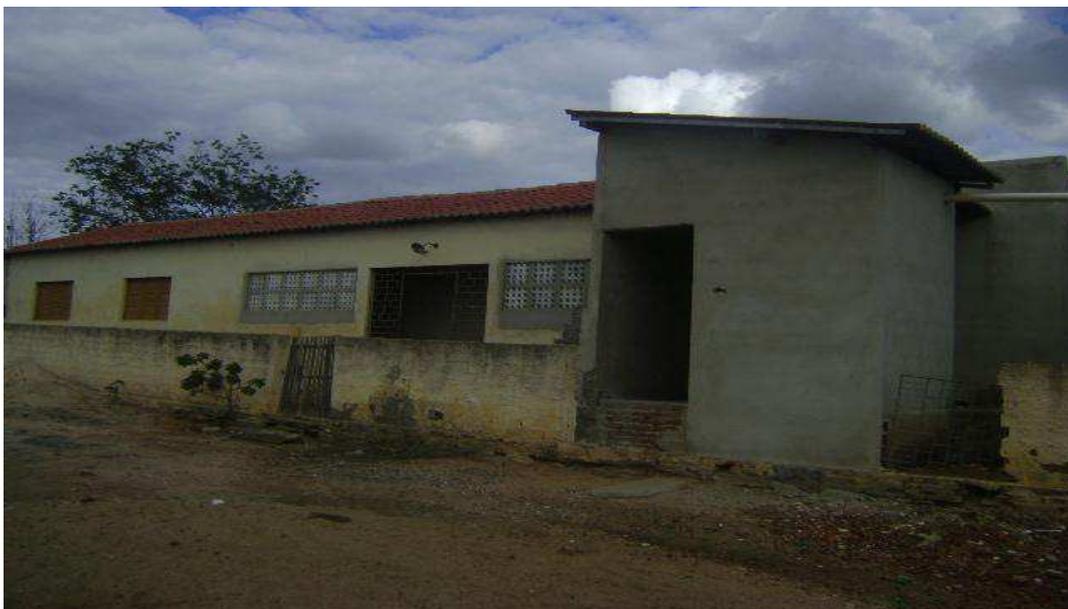
O sentimento de coletividade é também um valor importante na constituição da identidade.

*“Agora pronto, já faz dois anos que eu parei de trabalhar por causa desse problema. Eu parei de trabalhar por causa do território, que se não ia prejudicar. Ia fazer quinze anos que eu trabalhava. Aí doutor Marcelo veio lá de Serra Branca, André, um André que era dentista aqui em Sumé, que era primo meu. Veio muitas vez aqui, não tu fica, aí tu fica com uma parte e Leone com outra, que é o menino lá das Duas Serras que trabalha como agente de saúde. Eu disse, não, não, não, que eu fiz o processo seletivo pra Sumé. Deixa quieto, quero não. Eu disse olhe, que dinheiro não é a vida de ninguém e num vai enricar ninguém. Como diz, eu já tenho o meu, dá muito bem pra eu sobreviver, eu vou ta andando, correndo por cima de pau e pedra, uma coisa que vai prejudicar a mim e povo; o povo só vão me ver de mau olho, porque eu*

*fui aceitar, né não? Aí pronto eu disse deixa quieto, quero não. Vieram umas três vez. Pode ficarem quieto que eu não quero não. (Anita, 58 anos)”*

Os sujeitos pesquisados se negam a receber qualquer assistência oferecida pela administração municipal de Serra Branca. A aceitação de tais serviços se constitui como uma traição para o grupo que luta incessantemente para pertencer ao território de Sumé. Tanto é que existe um posto de saúde em fase de acabamento na comunidade Caititu que encontra-se parado, visto que após a instalação do conflito a esfera administrativa de Sumé ficou impedida de concluir a reforma e a dona do terreno que havia concedido para Sumé não aceita que esta seja concluída pela administração de Serra Branca.

**Foto 1** - Grupo escolar que estava sendo reformado antes da instalação do conflito



**Fonte:** Imagem captada pela autora.

A entrevistada Elisabeth, 53 anos, tece necessárias considerações para o entendimento sobre o porquê do impedimento da conclusão da reforma.

*“Ele tava sendo construído por Sumé, que era o grupo que eu trabalhava (...) e aqui ficou o grupo que eles estava reformando um pouco, mas aí eu não consenti, porque nós estamos na questão e eu não aceitei. É porque eu falar uma coisa e agir diferente. Eu quero que a gente continue sendo de Sumé e eu vou deixar eles entrar? Eu doei, mas doei para Sumé, eles num tem documento nenhum que foi doado pra Serra Branca. Eu acho que tudo por tudo a felicidade de nós é Sumé. Vai continuar parado até resolver. Deus quiser nós vamos resolver, com fé em Deus.”*

Diante dos elementos apresentados pelos entrevistados como constituintes do sentimento de pertencimento por determinado território vê-se a necessidade da

compreensão do termo território como “espaço apropriado por grupos sociais que atribuem significados para suas vivências, criam e recriam relações culturais ao longo dos anos”.

### 3.1 DIÁLOGOS COM OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

No mapa a seguir tem-se um recorte da localização das comunidades em estudo, onde percebe-se que estas encontram-se na divisa, entre os territórios de Sumé e Serra Branca.

**Figura 1** - Divisa entre os territórios dos municípios de Sumé e Serra Branca.



**Fonte:XXXXXXXXXXXX**

Foi a partir da constatação de que as citadas comunidades rurais são pertencentes ao território de Serra Branca, que teve início o processo de desterritorialização; conceito este entendido neste estudo não como o deslocamento de um determinado grupo que precisa migrar para outro lugar, mas como a deslocalização, ou ameaça de perda das referências culturais de um povo quanto ao sentimento de pertencimento por determinado lugar. Desterritorialização ocorrida não no plano material, mas simbólico, uma vez que no

conflituoso processo em curso houve mudanças culturais repentinas na vida dos moradores daquelas comunidades.

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. (HAESBAERT 2006, p. 67)

Diferentemente do que Haesbaert (2002, p. 132-133) afirma em sua concepção de território – “a desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra” - a problemática em curso foi ocasionada, pois houve a desterritorialização sem a posterior reterritorialização, ou ainda, uma resistência a uma nova reterritorialização. A literatura que aborda o processo de Territorialização-Desterritorialização- Reterritorialização -T-D-R aponta como linear a ocorrência deste processo.

Marcos (2002) ao citar Raffestin expõe a concepção de reterritorialização. Segundo esta concepção, a reterritorialização corresponde ao estabelecimento de um novo equilíbrio e de um novo ciclo de territorialização.

No entanto, no caso em estudo percebe-se a ausência da reterritorialização, o que se constitui como ausência de significação e enorme resistência dos camponeses em se adequar as novas relações que lhes são impostas com o município de Serra Banca.

Tal raciocínio pode ser constatado nos depoimentos a seguir:

*“Pra gente pra Sumé é melhor, nos já estamos acostumados com Sumé. Desde que eu nasci eu fui em Serra Branca umas três vezes. O cara está em Sumé é como está no roçado, você chega meia noite em Sumé toda moto vem trazer você. Você diz eu conheço fulano , o cara já sabe quem é você, traz.”(Renato, 44 anos)*

A desterritorialização instalou-se com a quebra do contínuo processo de construção das relações culturais estabelecidas historicamente. Quando o território passou a ser compreendido apenas em seu aspecto geográfico, como uma porção de terras. Houve uma separação entre natureza e cultura, com o desrespeito as relações construídas historicamente.

Este informante cita com clareza a desterritorialização pela qual passam os moradores:

*“É aquela coisa tem gente que não sabe onde é as coisas em Serra Branca. Tem gente que não sabe onde é a secretaria de saúde, não sabe onde é o*

*hospital, não Sab onde é a secretaria de educação, num sabe onde é a de agricultura". (Cazuza, 34 anos)*

Haesbaert (1999) teoriza sobre a possibilidade de conflito após desterritorialização:

O encontro com uma nova realidade certamente provocara uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas significações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos e isso tudo certamente, imbricado de conflitos (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Chelotti (2010) afirma que a desterritorialização ocorre com múltiplas implicações, sejam nas esferas sociais, econômicas, políticas ou culturais. A desterritorialização ocorrida nas citadas comunidades rurais tem ocasionado múltiplas consequências negativas para os moradores, tanto nos aspectos sociais e econômicos, quanto nos aspectos políticos e culturais. Isto tem sido relatado nas falas dos entrevistados que têm sentido no cotidiano as consequências deste catastrófico processo de desterritorialização. Na esfera social e econômica os moradores citam alguns prejuízos:

*"Não podia ter feito isso que tem muita gente prejudicada, principalmente a saúde, tem diabético, hipertenso, como no tempo que eu trabalhava mesmo, era quase 50 hipertenso. (Anita, 58 anos)"*

*"Desde o começo que nós estamos prejudicados porque nós tínhamos um bocado de projeto em andamento e talvez tivesse saído (...) e isso aí foi tudo por água a baixo. Como eu cheguei até a dize na rádio, cheguei a falar aqui numa reunião que a nossa comunidade, através dessa mudança, nós fomos prejudicado, totalmente" (Cazuza, 34 anos).*

Antes da instalação do conflito havia assistência médica e a distribuição de medicamentos na comunidade a casa 15 dias ou até mesmo toda semana, agora os moradores encontram-se desassistidos.

Os dados mostram que não há perspectiva de reterritorialização com o município de Serra Branca, pelo contrário, há uma forte ameaça de aprofundamento da desterritorialização, visto que os moradores ameaçam deixar a comunidade e ir morar em outros lugares caso o conflito territorial não venha a ser dirimido. Essa ameaça de continuidade na desterritorialização pode ser constatada nesta passagem:

*"Se resolver eu estou aqui, se não resolver eu to em Sumé. Se não resolver esse problema vai muita gente pra Sumé, morar em Sumé, vai ficar pouquíssimos. É grave (...) a maioria do povo já tava procurando casa em Sumé."(Anita, 58 anos)*

Na realização das entrevistas sobre história de vida, um senhor de 74 anos, deixa claro a não possibilidade de reterritorialização pelo município de Serra Branca.

*“Se não resolver eu vou procurar quem compre isso aqui, ou dou de graça e vou-me embora. Se for pra ficar pertencendo a Serra branca eu abandono isso vou pra outro canto.”(Martin, 74 anos)*

Dada a existência da desterritorialização e a não reterritorialização pode-se evidenciar o protagonismo dos sujeitos daquelas comunidades, visto que estes não aceitam as imposições que lhes são feitas e tem lutado incessantemente para defender seus interesses.

Diante da forma como foi realizada a redefinição territorial e das consequências que esta causou naquelas comunidades pode-se dizer que ao se considerar o território apenas do ponto de vista econômico se alteram as formas de organização cultural das comunidades, destrói-se a diversidade e gera o conflito identitário, numa tentativa de homogeneização cultural.

O território estudado é neste caso específico, mais do que somente uma porção de terras que tem valor econômico; é o produto das relações culturais e econômicas construídas historicamente com o município de Sumé. É o resultado da histórica e complexa relação estabelecida entre as comunidades em si e o território de Sumé.

#### 4 DIALOGANDO COM A NOÇÃO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

Igualmente importante para este estudo é o entendimento do papel da memória coletiva na constituição da identidade territorial. Neste sentido, a importância da investigação da memória coletiva faz sentido, “a memória não é individual, mas é composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhes foram repassadas, mas que não lhe pertence somente, e são entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo”<sup>3</sup>.

A análise das histórias de vida, buscando reconstruir as memórias coletivas revelou os elementos culturais constituintes da identidade daquele grupo, os fatores envolvidos no sentimento de pertencimento por um território e os motivos da rejeição pelo outro território e como divisões imaginárias podem ocasionar conflitos como o ora posto. Com isto, são traçadas as linhas gerais da identidade e territorialidade no contexto do cariri paraibano. Para Wanderley (2009, p.232), trata-se, neste caso, de perceber o território como a inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte.

Para Proulx, citado por Wanderley (2009, p. 232), o território aparece, assim, como receptáculo da memória coletiva dos indivíduos, das famílias, dos clãs, das tribos, das organizações e das comunidades.

A partir da memória coletiva buscou-se compreender como determinado grupo social se apropriou de certo território, como produziu, criou e recriou significados marcantes o suficiente para decididamente declarar amor pelo território. É o que declara César de 88 anos, que em poucas palavras expressa o significado que o território tem pra ele. Ao ser perguntado sobre o que faria se o território ficasse definitivamente pertencendo a Serra branca, ele enfatiza:

*“Eu não sei nem responder, porque pra Serra Branca eu não quero ir de jeito nenhum. Meu sonho é Sumé”*

A compreensão das lembranças que constituem a memória coletiva e com isso o sentimento de pertencimento pelo território de Sumé foram relevantes e fundamentais nestes estudos, visto que através destas, pode-se compreender os aspectos materiais, imateriais e simbólicos envolvidos na constituição da identidade territorial. Para Brandão

---

<sup>3</sup>Dicionário de Conceitos Históricos, 2006.

(2008) a postura de atenção sensível à narrativa torna clara a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, entre memória e identidade, e entre memória e história.

A autora dialoga com a noção de memória e identidade, evidenciando a importância da investigação da história de vida para compreensão da constituição da identidade.

Entendemos por trajetórias de vida, ou trajetória identitária, o processo de apreensão da realidade da qual cada indivíduo, mergulhado numa cultura (social, ampla, familiar) abstrai e, a partir de sua percepção única, reordena e transforma num projeto, profissão, modo e estilo de vida. (BRANDÃO, 2008, p. 42)

Brandão (2008, p. 36) ao discutir sobre elementos constituintes da identidade de um grupo revela a importância das relações com os antepassados e como este fator tem significação nas relações sociais mantidas pelos grupos. Para a autora, a busca por identidade, mediante memórias no nome que traz a filiação e no território de origem, é fundamental para nosso sentido de pertencimento – tanto social como psíquico – que possibilita (ou impede) a integração e a constituição de relações intergrupais.

Os sujeitos pesquisados trazem em seus nomes a filiação dos antigos moradores das comunidades, e carregam em suas histórias de vida este passado marcado pela trajetória de pertencimento ao território de Sumé, para tanto, citam sempre em seus depoimentos seus pais, avós, bisavós, ao fazer referência a suas histórias nas comunidades e na relação com o território de Sumé.

*Eu tenho 71 anos, meu pai nasceu aqui, morreu com 86 anos, minha avó, meus avós, meus bisavós, tudo nasceram aqui, se criaram aqui, já foram embora e então nós estamos aqui [...] e ninguém nunca mudou pra outro canto, ninguém nunca viu falar que aqui fosse de Serra Branca [...] porque a gente sabe que nós somos de Sumé. Nós nascemos aqui e se criou aqui, então quer vir gente se Serra Branca pra chegar, quer tirar a gente da nossa comunidade de Sumé pra puxar pra Serra Branca. Nós não aceitamos isso, [...] ninguém daqui aceita, nem nós queremos e nem Deus quer. (Humberto, 72 anos)*

Estes fatores têm possibilitado a integração dos moradores que lutam incessantemente para se manterem no território de Sumé, bem como, tem servido como ponto de articulação das relações intergrupais. Isto pode ser constatado tanto dos depoimentos quanto na realização de atos de mobilização em defesa da identidade.

Brandão (2008, p. 39) argumenta sobre a necessidade de interpretação dos depoimentos para além do que foi dito no momento de realização das entrevistas, por isso faz-se necessário o conhecimento de dados secundários para subsidiar e situar os

depoimentos no tempo. É necessária a sensibilidade do entrevistador ao analisar os depoimentos, pois as distorções da memória podem, muitas vezes, trazer informações importantes para a pesquisa. Para a autora esse recurso, ligado às possíveis “distorções” possibilitaria aos ouvintes/leitores sensíveis ler, nas “entrelinhas”, algo além do que é possível narrar naquele momento.

É o que ocorre com a entrevista de Margarida de 53 anos, que ao fazer referência a sua infância na comunidade, remete, mesmo que inconscientemente, a importantes recordações que são constituintes do seu sentimento de pertença pelo território de Sumé. São elementos constituintes da identidade. Ao ser indagada sobre algum acontecimento marcante na comunidade a depoente cita:

*“Não tem coisa de recordação não, só o tempo que a gente estudava mesmo, que ia para aquele grupo estudar, aqueles professores que muitos já morreram, não tem mais, hoje é tudo outros. As coisas boas que nós tivemos foram essas mesmo”.*

Nota-se que inicialmente a entrevistada diz não ter nenhuma recordação, no entanto, ele remete a aspectos importantes da constituição de sua vivência na comunidade. O grupo ao qual ela faz referência é uma escola situada na comunidade, construída pelos moradores e que historicamente teve sua gestão realizada pelo município de Sumé, no entanto, após a instalação do conflito territorial, passou a ser gerido pelo município de Serra Branca.

Na busca pela compreensão da constituição da identidade grupal foi preponderante a realização das entrevistas sobre a história de vida de alguns moradores, pois estas revelaram a intensidade do sentimento de pertencimento e como este foi construído historicamente.

Entendemos por trajetórias de vida, ou trajetória identitária, o processo de apreensão da realidade da qual cada indivíduo, mergulhado numa cultura (social, ampla, familiar) abstrai e, a partir de sua percepção única, reordena e transforma num projeto, profissão, modo e estilo de vida. O indivíduo é influenciado e influencia, formando um elo numa corrente sem fim, a que chamamos “saber” que constrói e dá sentido às memórias individuais e coletivas, e às identidades e elas ligadas. (BRANDÃO, 2008, p. 42)

Assim, as memórias individuais e coletivas não são meras experiências aleatórias, antes, são formadas pelos entrelaçamentos pessoais e culturais construídas em determinados lugares por determinados sujeitos. São, pois, constituintes da identidade cultural.

Pollak (1989, p. 201), ao reconhecer a importância da recuperação das memórias individuais e coletivas na constituição da identidade social reconhece a presença de elementos mutáveis e outros fixos, estando este último tão arraigado nas memórias que o informante sempre faz referência a este por várias vezes.

Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente – houvessem elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. (POLLAK, 1989, p. 201)

É o que ocorre com as histórias de vida dos entrevistados em relação à construção do sentido de pertencimento pelo território de Sumé. Existem elementos culturais e sociais invariantes nas memórias individuais e coletivas, que são reveladores da inquietação principal deste estudo: quais os elementos constituintes da identidade territorial de um povo? Compreender a concatenação destes elementos é princípio para entendimento dos fatores constituintes da identidade daquele grupo de camponeses.

Pollak (1989, p. 201), expõe os elementos constituintes da memória individual e coletiva.

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar são os acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são em função do momento em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estrutura da memória. Isso é verdade também em relação a memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada.

A influência dos fatos cotidianos na memória dos entrevistados se faz presente, pois o fato da desterritorialização é marcante o suficiente para precisar ser relatado repetidas vezes pelo mesmo informante, para que quem esteja ouvindo não esqueça, lembre bem. Todas as entrevistas de história de vida circundam em torno do conflito territorial e conseqüentemente identitário.

Esses acontecimentos vividos, outrora ou recentemente, individual ou coletivamente, como as idas às bodegas, o manifesto realizado em Serra Branca, as missas na comunidade, tem relação com o sentimento de pertença pelo território de Sumé. Abaixo segue matéria do sítio Paraíba Mix mostrando a mobilização em protesto ao conflito territorial estabelecido após o Censo IBGE 2010.

**Foto 2** - Populares fazem protesto em frente à residência do Prefeito de Serra Branca



**Fonte:** Site Paraibamix.

]

Populares estão indignados com a omissão do gestor para definir futuro de suas comunidades. Um grupo de pessoas das comunidades rurais do Olho d'água do Padre, Catonho e Caititu, localizadas na divisa dos municípios de Serra Branca e Sumé, estiveram na última sexta-feira (20), em frente a residência do Prefeito Eduardo Torreão para realizar um protesto.

Com bandeiras e faixas, a população dessas comunidades protestaram contra o Prefeito de Serra Branca que há mais de um ano se omite em debater e procurar uma forma de solucionar os destinos das três comunidades sumeenses que o IBGE afirmou só agora que pertencia a Serra Branca.

A população dessas comunidades já afirmaram que querem pertencer a Sumé, mas o prefeito Eduardo Torreão contra a vontade dos mesmos, quer continuar com as três comunidades, mesmo sabendo que nenhum acréscimo nos repasses do FPM irá aumentar.

Segundo uma das pessoas que participavam do protesto, o prefeito de Sumé já cuida muito bem das comunidades, pois se tem tratores à disposição do agricultor sem nenhum custo, escola, transporte, ambulância e até um posto médico a Prefeitura de Sumé estava construindo na comunidade.

**Foto 3** - Populares andaram pelas ruas de Serra Branca



Segundo o sumeense Dennys Mayer, todos sabem que gestão do prefeito Eduardo Torreão em Serra Branca é uma negação e a população das comunidades de Olho d'água do Padre, Catonho e Caititu não querem sofrer por isso.

Essas pessoas fizeram questão de explicar que não tem nada contra a cidade de Serra Branca, mas preferem continuar sendo sumeenses com receio de ter suas comunidades administradas pelo prefeito Eduardo Torreão.

### **Paraíba Mix**

Com base nos argumentos utilizados por Pollak (1989), ao declarar que a memória sofre modificações e sua organização se dá em função das preocupações pessoais e políticas do momento, pode-se comprovar que, assim, como a identidade, a memória é um fenômeno construído. É mister, portanto, compreender o entrelaçamento entre memória e identidade. Essa relação é respaldada pelo citado autor:

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata de memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenômeno-lógica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (POLLAK, 1989, p.203)

Pollak (1989, p. 201) apresenta três elementos essenciais na construção da identidade. No caso em estudo a junção de todos estes elementos podem ser identificados tanto nas histórias de vida, quanto nas entrevista temáticas. Um informante de 74 anos, expressa de acordo com seu conhecimento do histórico da comunidade as fronteiras entre o território de Sumé e Serra Branca. Um dos elementos apresentados é a unidade física, ou seja, a fronteira de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo.

*“Eu conheço a divida aqui desde que Sumé passou a cidade. Serra Branca quando vei passar a cidade, Sumé já fazia 9 anos que era cidade. A divisa que eu sei é ali no balão, nos Torrãozinho, que é ali onde tem uma casa que vai pra Serra Branca. Ali nos Torrãozim, onde divide Duas Serras e Olho D’água. Pra cá, tem ali que chama Boqueirão dos coco, que é açudim. Sei também onde é a divisa, no saco aculá, Santa Luzia do lado de cima, sei onde é a divisa. Pra cá tem ali no balanço. Lá é balão e açula é balanço. Ai dali tira mata burro, pedra da bola, cazuzinha. Essa linha todinha do saco até cazuzinha eu sei a divisa. Aqui nunca foi de Serra branca, Nunca, nunca”. (Martin, 74 anos)*

Este utiliza a demarcação das fronteiras para demarcar também o sentimento de pertencimento pelo território de Sumé e a recusa pelo território de Serra branca.

Outro elemento constituinte da identidade segundo Pollak é “a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mais também no sentido moral e psicológico”. Há uma série de fatos históricos marcantes na vida dos camponeses, que os fazem identificar-se com o município de Sumé, existe uma continuidade na história de pertencimento, que esta sendo abalada a por conta da existência do conflito.

*“Tem outros velhinhos ali no Olho D’água que tem 90 anos, outros tem 93. A minha avó, se fosse viva tava com 100 anos, toda vida foi de Sumé. Ai como de uma hora pra outra você muda de território sem saber donde vem esse motivo, assim rapidamente.” (Anita, 58 anos)*

Por fim, Pollak (1989, p. 204) cita “o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos”.

*“Tem muita coisa envolvida. Eles sempre fizeram a feira em Sumé; tem a questão dos parentes que são todos lá; a assistência que recebem, ou boa ou ruim, é da Prefeitura de Sumé. É mais próximo; eles conhecem as repartições, sabem a quem se dirigir se precisarem de alguma coisa e eles sempre veem o exemplo de outras comunidades que pertencem a Serra Branca e não tem assistência”. (LEE, 24 anos)*

A investigação destas memórias constituiu-se como uma possibilidade de investigação dos elementos constitutivos da identidade. A investigação destas revelou também a importância (ou falta) do sentimento de identificação para com determinado território.

Pollak (1989, p. 205) postula que a identidade se faz por meio da negociação direta com outros; já a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.

Há a negociação tanto entre os próprios membros da comunidade – no sentido de manter-se unânimes na rejeição pelos serviços oferecidos pela unidade administrativa de Serra Branca e na recusa por aquele território – bem como entre outros entes externos a comunidade – como os gestores públicos das duas municipalidades – que embora tenham fracasso em tentativas de acordo, tornou o sentimento de pertencimento ainda mais forte.

## 5 PROLEGÔMENOS SOBRE IDENTIDADE NO CONTEXTO DO ESTUDO DE CASO

Para início de discussão sobre identidade nas comunidades pesquisadas gostaria destacar o depoimento de Elizabeth sobre seu sentimento de pertencimento pelo território com o qual construiu relações culturais historicamente.

*“Eu tenho 53 anos, nasci, me criei, trabalhei, me aposentei sendo de Sumé, no momento chegou uma coisa dessas, é igual você: é filha de Maria. Não, não é mais filha de Maria é de Antônia. (Elizabeth, 53 anos)”*.

Através das entrevistas temáticas e das histórias de vida dos informantes buscou-se compreender como, a partir de que, por que e para que se constrói a identidade. Para tanto o diálogo com os autores Hall (2009), Woodward (2009) e Silva (2009) foram de extrema importância. Woodward (2009) afirma que a identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza. Foi o que ocorreu com as citadas comunidades rurais, que ao longo dos anos tinham como certo o pertencimento pelo território de Sumé, mas a partir de 2010 tiveram esta certeza ameaçada.

Pode-se constatar que a identidade encontra-se em crise, pois nos diálogos estabelecidos com moradores todas as questões colocadas por eles circundavam em torno da existência do conflito.

Foi constatado que as históricas relações de pertencimento construídas na comunidade e como o município de Sumé, as quais são constituintes da identidade grupal encontra-se desestabilizadas. Para melhor compreender a série de elementos provocadores da desestabilização pela qual passam as citadas comunidade rurais e como estas incertezas tem sido sinônimo de crise, afetando a identidade dos moradores e que inicia-se a discussão sobre construção das identidades.

### 5.1 AFIRMANDO IDENTIDADES E DEMARCANDO AS DIFERENÇAS: “NÓS” E “ELES”

No caso em estudo foi citado com veemência a diferença de distância de Sumé em contraste com a diferença de distância para Serra Branca – esta sempre colocada como mais difícil. É neste momento particular de conflito que se coloca em evidência a diferença como forma de afirmação identitária. Para Woodward (2009, p. 10) “a

identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças, são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares”.

É nesse momento específico de crise identitária que a diferença passa a ser constituinte da identidade. Até então, as diferenças existentes entre ser de um território ou de outro pouco importava para os moradores, pois em nada influenciava em suas vivências, no entanto, dada a desestabilização desta certeza, as diferenças entre ser de Sumé e ser de Serra Branca passam a ser importantes na constituição da identidade dos moradores. Vejamos:

*“O movimento daqui pra Serra Branca é pouco demais, pouco mesmo. A estrada do jeito que tá a pessoa tira em 15 minutos pra Sumé, e pra Serra Branca é uma hora, uma hora e lá vai cacetada pro caba chegar lá. A estrada, o caba não pode andar que daqui pra Serra Branca o caba não anda não.”(Martin, 74 anos)*

A presença do “nós” e do “eles” se faz presente nos depoimentos como forma de estabelecimento da identidade. Nas palavras de Woodward, “a identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença”. É o que pode ser visualizado no depoimento abaixo:

*“A dificuldade pra Serra Branca e Sumé a diferença é grande. É à distância, a estrada. Nós recomeçar tudo de novo, se a gente for pra Serra Branca num sabe resolver nada, com a gente sabe resolver em Sumé. Aqui pra Sumé vai nem meia hora e pra Serra Branca é quase duas horas” (Elizabeth, 53 anos)*

A informante elenca, tanto quando for possível, a existência de elementos que diferencie o “*ser de Sumé*” do “*ser de Serra Branca*”, para dizer que é por todas essas diferenças que somos de Sumé.

A investigação do passado dos entrevistados, através das histórias de vida, revela aspectos importantes, os quais dizem muito sobre a constituição da identidade. Segundo Woodward (2009, p. 12), a redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece, é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise.

Assim, todos esses elementos que aparentemente pertencem ao passado dos entrevistados – a vida de seus pais ali, as escrituras de terra, os registros de nascimento, o cotidiano de criança, as lembranças das feiras e a reafirmação de nunca ter pertencido a Serra Branca – reforçam bem esse argumento de que na retomada a elementos do passado está de delineando a identidade por Sumé, neste momento específico de conflito e crise identitária. Abaixo pode-se visualizar um registro de imóveis utilizado como documento comprobatório do pertencimento a Comarca de Sumé.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
**REGISTRO DE IMÓVEIS**

Estado de Paraíba.

Município (ou Comarca) de Sumé

F Newton Leite Rafael, Oficial do Registro de Imóveis  
dest Comarca na forma da lei, etc..

Certifico que à fls.98e99, do livro n.º 3-C, foi feito hoje sob  
n.º 1.846 a transcrição do imóvel de uma parte em uma par-  
te de terra no lugar denominado "Balanço", deste Município, medindo -/  
calculadamente 34 (trinta e quatro) hectares, sem benfeitorias, limi-  
tando-se ao norte, com terras do sr. João Galdino Rames; ao sul, com /  
terras de Bróz Galdino de Andrade; ao Nascente, com terras de Martins/  
Bernardo; e ao Poente, com terras de João Galdino; que a herdeira Ma-  
ria Cordeiro de Souza adquiriu por herança dos bens deixados por fale-  
cimento de Josias Bispe Cordeiro, dita herança no valor de NCR\$ 174,22.

Observações:

O referido é verdade, dou fé.

Sumé, 31 de dezembro de 19 68.

XXXXXXXX

*Maria das Neves de Lima*  
(Escrivente).

Certamente antes da desterritorialização ocorrer não havia necessidade de expor a todo momento o pertencimento por Sumé; no entanto, após a instalação do conflito é que se faz necessário reafirmar com veemência o pertencimento por este território e negação em ser daquele.

Quando indagada sobre quando foi que se deu a redefinição territorial, a senhora Anita deixou claro que as comunidades passam por um crise identitária:

*"Começou (...) há dois anos. Começou após o IBGE, o IBGE veio, que só vinha de Sumé, aí rapidamente chegou de Serra Branca. Aí foi quando começou o conflito."*

No momento em que os entrevistados falam sobre suas histórias de vida, rememoram momentos históricos que revelam suas vivências nas comunidades e o pertencimento pelo território de Sumé. Quando perguntada sobre as primeiras casas construídas na comunidade, uma entrevistada deixa clara a estreita relação entre passado e pertencimento:

*“É aquela lá. A casa dos meus bisavôs, e essa da minha vó, que são as mais antigas. É como se diz, num é muita revolta, de uma hora pra outra passar para outro município. A gente não aceita não.” (Anita, 58 anos)*

As relações com os antepassados são citadas com frequência pelos informantes como forma de argumentação na defesa pela identidade territorial.

*“Meus pais, meus avós, eram tudo daqui. Eu tenho os documentos de terra do meu pai, daqui, toda vida foi daqui. Meus avós moravam no município de Cordeiro. De Serra Branca não. Eu não entendo, até hoje eu não entendo, não sei se é ignorância, eu não entendo porque tanto tempo depois vir isso” (Elizabeth, 53 anos)*

Na afirmação da identidade e na marcação da diferença aparecem não apenas elementos do passado dos entrevistados, mas também elementos do cotidiano, como por exemplo, o uso da bandeira de Sumé em um desfile realizado na comunidade Olho D'água do Padre, como forma de representar a ligação existente entre esta e o território de Sumé. Obviamente que esses recursos discursivos são importantes para o fortalecimento de uma tradição, criada, acionada para demonstrar que as comunidades “sempre” pertenceram a Sumé.



Foto: desfile realizado na comunidade. Acervo: próprio

Para Woodward (2009, p. 13) “o social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada uma delas é necessário para a construção das identidades”. Essa afirmação contribui para responder ao estranhamento dos olhares externos, que veem como absurdo os moradores rejeitarem os serviços oferecidos pela administração serra-branquense.

Para Silva (2009, p.74) “é fácil compreender que identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. Em um mundo imaginário, totalmente homogêneo (...) as afirmações de identidade não fariam sentido”.

Pode-se dizer que no contexto de estudo o conflito territorial e identitário estão diretamente relacionados com a significativa diferença entre ser de Sumé e ser de Serra Branca. Neste caso, a crise identitária só existe porque está em conflito com o diferente, qual seja, a possibilidade de tornar-se a ser de Serra Branca; bem como, só faz sentido às afirmações sobre as diferenças entre ser de Sumé e Serra Branca quando estas afirmações são produzidas em um momento e em um contexto específico de produção de significado, neste caso, produção da identidade. Nos depoimentos, não raro se estigmatiza o outro (os de Serra Branca), sempre em comparação com os de Sumé. É o que Silva (2009, p.75) afirma ser as declarações negativas sobre outras identidades. Vejamos:

*“Eles não têm assistência nem pra quem já é conhecido lá.” (Elizabeth, 53 anos).*

Nos depoimentos a seguir, são elencados, a partir da visão dos pesquisados, a série de elementos constituintes do sentimento de pertença pelo município de Sumé e o porquê da rejeição pelos serviços oferecidos pela unidade administrativa de Serra Branca. Quando perguntada sobre o porquê da rejeição, a entrevistada expõe:

*“O medo é de depois ser rifulgo de Sumé. Porque nós não damos o braço a torcer pra dizer assim é de Serra Branca não. É um sofrer pra nós, que antigamente, antes disso, nós tínhamos médico que vinha para o sítio, e agora nós não tem médico. Ai fica sem assistência, é muito ruim, é muito difícil.”(Margarida,53 anos)*

O receio de ficar desassistidos é também um elemento constituinte da identidade, neste momento. Quando se trata da possibilidade do território ficar definitivamente pertencendo a Serra Branca, o sentimento de apreensão faz-se presente tanto nas falas, como nas expressões faciais percebidas na realização das entrevistas.

Na discussão sobre identidade territorial, é plausível que se compreenda, o papel dos elementos material, imaterial e simbólico e a correlação entre estes na constituição do sentimento de pertencimento pelo território de Sumé. Neste sentido, o diálogo com a noção de subjetividades correlacionada com a de identidade é pertinente.

O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade. Ele nos permite explicar as razões pelas quais nós nos apegamos a identidades particulares. (Woodward, 2009, p. 57).

No caso em estudo o conceito de subjetividade está, estritamente relacionado ao de identidade, pois somente compreendendo o conjunto de sentimentos (individuais e coletivos) presentes nos relatos dos moradores é que se pode compreender a dimensão simbólica presente na constituição da identidade territorial. A importância que os fatores subjetivos desempenham na construção da identidade do grupo pesquisado pode ser compreendida quando estes elencam a série de acontecimentos constituintes da cultura da comunidade na sua relação com o território de Sumé. Woodward (2009, p. 41) tece importantes considerações a este respeito:

Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significados são, na verdade, o que se entende por “cultura”.

Através da reconstituição das memórias coletivas foram elencados diversos elementos culturais envolvidos na definição da identidade pelo território “de cá”, Razões estas, tanto de ordem concreta e palpável, como de natureza simbólica e subjetiva.

Entre os elementos materiais envolvidos no sentimento de pertencimento pelo território de Sumé, pode-se verificar:

*“A diferença é essa que todo movimento meu é de Sumé, tudo, escritura de terra, tudo. Ninguém daqui tem movimento em Serra Branca não, ninguém. As coisas é mais difícil pra gente. Eu vejo o povo lá dizer que não tem prefeito, o povo de lá dizer nós estamos num mato sem cachorro. Só irmão em Sumé eu tenho 4 que mora lá, fora o pessoal conhecido que eu tem lá. O conhecimento que eu tenho é em Sumé. Em Serra Branca ninguém me conhece.”(Martin,74 anos)*

*“Pra gente pra Sumé é melhor. Porque para Sumé é mais perto, nós já estamos acostumados com Sumé. Nós temos família em Sumé, que já mora em Sumé. Ai quer dizer que tudo fica mais fácil. É por isso. Tem a feira que nós já estamos acostumados toda segunda, já vamos direto pra lá. É costume. Ai pronto são essas coisas mesmo.” (Renato,44 anos)*

Os argumentos utilizados pelos moradores para comparar o “*ser de Sumé*” com o “*ser de Serra Branca*” são sempre explicitados de forma comparativa. Estes sempre classificam um como o bom, o benéfico e o outro como o negativo, o inferior. O Diálogo com Woodward possibilita o entendimento desta relação.

Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la(...) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles;eu/outro. Os sistemas de classificação dão origem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais. (WOODWARD, 2009, p. 40)

Essa classificação binária pode ser identificada nos argumentos utilizados por uma entrevistada, que ao tempo em que argumenta sobre o não querer ser de Serra Branca, classifica a relação.

*“Eles não têm assistência nem pra quem já é conhecido lá e pegar mais gente como é que ele vai dar assistência a esse povo todo” (Margarida, 53 anos)*

*“Eu mesmo não aceito não. Pode ficar pra Serra Branca, pode ficar mais eu não sou de lá, sou de cá. Quem decide sou eu pra onde eu vou” (Elizabeth, 53anos)*

Hall, citado por Woodward (2009, p. 27), afirma que há duas formas diferentes de se pensar a identidade cultural.

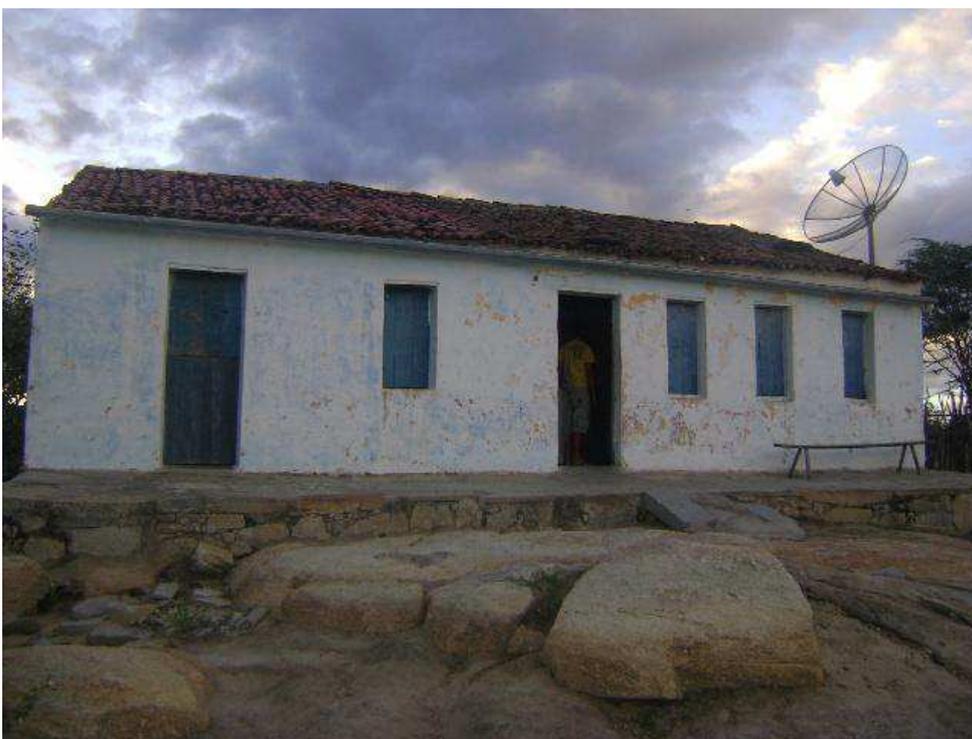
A primeira (...) uma determinada comunidade busca recuperar a “verdade” sobre seu passado na “unicidade” de uma história e de uma cultura partilhadas que poderiam, então, ser representadas, em uma forma cultural como o filme, para reforçar e reafirmar a identidade. A segunda concepção de identidade cultural é aquela que a vê como uma questão tanto de “tornar-se” quanto de ser. Isso não significa negar que a identidade tenha um passado, mas reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos e que, além disso o passado sofre uma constante transformação.

Estas duas formas de representar a identidade cultural puderam ser verificadas na pesquisa de campo. Os discursos são sempre no intuito de comprovar o pertencimento histórico ao município de Sumé. Percebe-se isso tanto nas afirmações coletivas sobre a cultura local, como nos documentos históricos mais antigos das comunidades.

*“Eu acho que é uma injustiça, pois onde a gente nasceu e se criou, num pode tirar gente daqui [...] Serra Branca é ali das Duas Serras pra lá e pra cá é de Sumé. A comunidade de nós aqui é grande, tem bastante gente [...] e ninguém aceita ir pra Serra Branca, é todo mundo por uma boca só”. (Humberto, 72 anos)*

As histórias de vidas construídas na comunidade e estas em sua relação com o município de Sumé confirmam o que o autor cita como sendo a recuperação da “verdade” na constituição da identidade. A rememoração de fatores históricos vividos pela coletividade dos entrevistados, separada ou conjuntamente foram reafirmadas, como forma de delinear sua identidade territorial. Foram constantes as repetições dos relatos sobre o significado da feira e das festas de padroeiro em Sumé, das primeiras bodegas da comunidade, das construções ali existentes, da infância, das recordações de seus pais, entre outras reminiscências que se fazem presentes nas memórias dos entrevistados.

*“Sábado e domingo era onde se reunia a comunidade quase em peso, se tornava como se fosse lá uma, uma exposição de bicicleta, porque naquela época não existia carro aqui, nem moto, tinha uns dois carro grande somente. E do sábado pro domingo cada pessoa que chegasse, todo sábado, domingo, no mínimo cinquenta, sessenta bicicleta, cada um que chegasse com uma bicicleta, naquele tempo nós enfeitava, botava luz por tudo quanto era canto, fazia quase como se fosse uma exposição. Era, era a cultura daí, até a década de 90, 90 e alguma coisa, 94,95 por aí. Tourim também era uma bodega muito, assim, tradicional, muito cheia de gente, muito frequentada, né, da comunidade, não só da comunidade daqui, como das comunidade vizinha. Vinham fazer compra... Muitas das comunidades vizinha vinha fazer compra ou em Mané Genuário ou em Tourim. (Cazuza, 34 anos)*



**Foto:** primeira bodega da comunidade olho D'água do Padre  
**Acervo:** próprio

O outro elemento constituinte da identidade cultural apresentado pelo autor e constante nos depoimentos refere-se à contínua constituição da identidade e a possibilidade de tornar-se a ser. É bem verdade que este momento histórico pelo qual passam as comunidades é também constituinte da identidade local e será lembrado sempre, pelos que vivem o conflito.

O estudo possibilitou a compreensão de que a identidade não é algo que existe naturalmente, é uma construção dos agrupamentos sociais, pois os processos que a envolve continuam a ser criados e obtêm significado cotidianamente. Para Silva (2009, p. 76) a identidade e a diferença tem que ser ativamente produzidas. Somos nós quem as fabricamos, no contexto das relações culturais e sociais.

Na teia de relações produzidas historicamente pelos moradores daquelas comunidades rurais foram sendo produzidas um conjunto de atividades culturais inerentes

àquele grupo, que os diferencia “dos outros”, eles foram produzindo ao longo de suas histórias a diferença do “*ser de Serra Branca*”, no entanto, é neste momento específico que ela é exaltada, como constituinte da identidade.

A exaltação desse desejo enorme de “*ser de Sumé*” e do “*não ser de Serra Branca*” há muito mais do que desejos instantâneos, ou força da expressão, soa histórias de vida e pertencimento que tiveram sua construção ligada ao município de Sumé, destarte, como afirma Silva (2009, p. 76) a identidade e a diferença são construções sociais e culturais.

Somente compreendendo o conjunto de práticas sociais e culturais e o valor simbólico que elas têm para o grupo estudado é que poderemos compreender como se constroem as identidades. Somente com o exercício da escuta atenta foi possível “mensurar” o valor simbólico que a feira de Sumé tem na construção da identidade de Martin, de 74 anos, pelo município de Sumé. Quando perguntado sobre as principais lembranças que marcam sua existência em relação ao município de Sumé e como se deu essa construção ele relata:

*“É questão de ir pra feira. Porque na segunda se eu não for pra feira não tem segunda-feira. Sempre em Sumé, em Serra Branca não. No dia de feira, quando a gente não ia a gente ficava esperando as pessoas que ia chegar para trazer bala, trazer pão.”*

Woodward (2009, p. 41) expressa que as formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para entender as identidades. No depoimento a seguir, o entrevistado fala dos limites territoriais, das fronteiras; argumentos estes utilizados para dizer o que divide/separa um território do outro.

*“Ia muito à feira, sempre em Sumé, em Serra Branca não” (Martin, 74 anos)*

*“Serra Branca é ali, de Duas Serras pra lá, pra cá é Sumé” (Humberto, 72 anos)*

Ao teorizar sobre porque investimos em identidades, Woodward (2009, p. 55), trata da importância do discurso no posicionamento dos sujeitos. Para a autora, as posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades. Considerando esta afirmativa pode-se verificar a participação ativa dos sujeitos daquelas comunidades na vida social e nas decisões que os envolve, máxime quando essas decisões desestabilizam a cultura daquele grupo.

Neste sentido, a assertiva defendida pela autora ao postular que as posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades, pode ser constatada na pesquisa realizada, principalmente neste momento de crise identitária, onde

os posicionamentos dos sujeitos sobre a questão da territorialidade e pertencimentos são expressos pela coletividade das mais variadas formas possíveis, principalmente através das lutas e resistências ao deslocamento territorial.

Em uma perspectiva pós-moderna sobre identidades Hall (2009, p. 108) defende que na modernidade estas se encontram cada vez mais fragmentada e fraturada; que elas não são, nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem ser cruzar ou antagônicas.

Esse posicionamento do autor tem relação direta com a questão identitária que vem se desenhando nas comunidades estudadas. Tem-se construído, a partir do estabelecimento do conflito, discursos que remetem a diferença entre ser de Sumé de Sumé e Serra Branca, sendo que o sentimento de pertencimento pelo primeiro território é sempre expresso de forma vantajosa, melhor, enquanto que pelo outro são sempre usadas expressões negativas; neste caso os discursos são legitimadores, pois são exaustivamente repetidos por uma dada coletividade. Outrossim, é bem relevante que se diga que as identidades estão sujeitas a transformações ou mudanças constantes, dada a necessidade de defender os interesses de determinado grupo.

As identidades estão sendo construídas através dos discursos e práticas, de acordo com o conflito posto neste momento. Certamente se o conflito estabelecido fosse outro, existiria outro tipo de código linguístico e as memórias remeteriam a outros aspectos históricos que assim o justificasse.

Nesta perspectiva de transitoriedade, fragmentação e situacionalidade das identidades Silva (2009, p. 109) postula que a identidade tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com a questão “quem nós podemos nos tornar”. Analisando o conflito identitário e territorial posto através desta perspectiva é possível reafirmar que os depoimentos estão ligados muito mais as preocupações sobre “quem nós podemos nos tornar”, caso o território venha a ficar decisivamente pertencendo ao município de Serra Branca. Nestes depoimentos fica claro a preocupação com o “tornar-se a ser”.

*“A gente quer ser de Sumé porque todo mundo tem família em Sumé. Em Serra Branca a maioria do povo aqui não tem conhecimento com ninguém. Se acontece da gente ir em Serra Branca fica a toa, que ninguém conhece nada, não sabe nem andar, onde entra e onde sai lá”. (Margarida, 53 anos)*

*“Eu não tenho conhecimento em Serra Branca, de jeito nenhum. Pergunte dentro de Sumé quem sou eu que todo mundo dá notícia. Chegar em Serra Branca e perguntar quem sou eu que ninguém sabe”. (Martin, 74 anos)*

É notável a preocupação dos informantes quanto a tornar-se a ser alguém desconhecido, desassistido, em um lugar no qual não se tem afetividade nenhuma e com o qual não se teve relações culturais, nem econômicas ao longo dos anos.

As afirmações e a demarcação da diferença entre ser de um ou de outro território não são nada inocentes quando asseguram não quer em hipótese alguma ser de Serra Branca, são afirmações baseadas no conhecimento que se tem da histórica negação de assistência dos gestores daquele município para com os moradores de lá.

Silva (2009, p. 81), dialoga com essa noção de poder imbricada na definição da identidade.

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas.

Nos depoimentos abaixo é possível perceber o entendimento da entrevistada sobre a relação de poder existente mediante o conflito.

*“Ninguém sabe se eles comandassem aqui se eles iam ser bons até o fim, as vezes é só pra pegar; as vezes é só pra tentar ajuntar as pessoas e depois que ajuntar fazer que nem em muitas comunidade de Serra Branca”. (Margarida, 53 anos)*

*“Aí como é que a gente quer ficar num município que nem hospital tem? Acontece uma doença, qualquer um cai doente, vai pra onde? Pra Sumé. Serra Branca vem pra Sumé, Sucuru, Camalau, tudo vem pra Sumé. A gente não tem nada contra Serra Branca, eu quero é que resolva o território da gente.” (Anita, 58 anos)*

Ante o exposto é possível compreender a correlação entre a afirmação de Hall (2009, p. 109) quando afirma que as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos.

Há nas memórias coletivas, vários elementos em comum na afirmação da identidade por Sumé e na negação da desta por Serra Branca. São afirmações e negações que emergem diante da modalidade específica de poder – no caso a disputa pelo território - são elementos homogeneizadores tanto na definição da identidade por Sumé, quanto na exclusão do outro, a rejeição a Serra Branca.

#### **4.2 A disputa de poder envolvida na questão identitária e territorial**

É significativo que diga que no conflito estabelecido, a afirmação da identidade e da diferença tem total relação com as questões político partidárias entre as duas administrações municipais. Uma análise sociológica das questões postas permite que compreendamos a dimensão política envolvida no conflito.

Silva (2009, p. 109) dialoga com a noção de poder relacionada com a noção de identidade.

As identidades emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma “identidade em seu significado tradicional” – isto é, uma mesmidade que tudo inclui uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna.

A clara relação de poder e disputa presentes existentes em meio ao conflito podem ser compreendidas uma vez que se fosse possível o diálogo e um acordo entre os gestores dos municípios de Sumé e Serra Branca bastava para por fim ao conflito territorial, no entanto, este diálogo não tem ocorrido. Como fora noticiado por um jornal que publicou matéria sobre o conflito, a disputa territorial passou a ser também mote de disputa política (ver matéria abaixo):

**Prefeito afirma que Dr. Neto e PT local estão fazendo “terrorismo” com a passagem de Olho D’Água do Padre para Serra Branca**

Uma grande polêmica tem colocado em pé de guerra os municípios de Sumé e Serra Branca, no Cariri da Paraíba. Desde que o último censo do IBGE confirmou que pertence ao território de Serra Branca três comunidades rurais que historicamente pertenceram a Sumé a polêmica se instalou e a cada dia ganha novo capítulo.

Na última sexta-feira (20), alguns moradores das comunidades envolvidas, o prefeito de Sumé, Dr. Neto, e vereadores das duas cidades estiveram em sessão especial na Câmara de Vereadores de Serra Branca para discutir o tema. O prefeito Eduardo Torreão e seus parlamentares mais próximos não compareceram e a disputa territorial passou a ser também mote de disputa política.

O PT, principal partido de oposição ao atual governo municipal, fez coro ao apelo do prefeito de Sumé, Dr. Neto, e das comunidades e defende que o município passe os territórios conquistados para a vizinha cidade. O prefeito Eduardo Torreão discorda e diz que como gestor nenhum deles entregaria de mãos beijadas território, população e possibilidade de progresso para outro município.

Para o prefeito Dudu, que se manifestou em entrevista que será veiculada nesta terça-feira (24) ao Jornal do Meio Dia da Serra Branca FM, seus opositores locais e o prefeito de Sumé estão fazendo terrorismo e colocando a população de Olho d’Água do Padre contra Serra Branca e sua gestão.

Ainda na última semana, foi anunciado um projeto de autoria do deputado estadual Assis Quintans para que um plebiscito seja realizado junto à população a fim de decidir a quem de fato pertencerão essas comunidades. O prefeito Eduardo Torreão disse não temer o projeto e voltou a confirmar que a Prefeitura de Serra Branca começará nestas próximas semanas a oferecer toda a assistência às novas comunidades.

**BORGES NETO NAÇÃO RURALISTA**

Constata-se, com isso, que este é acima de tudo um conflito político, pois envolve recursos financeiros que uma unidade administrativa deixa receber e outra se apropria, bem como, um significativo número de eleitores. Não raro, ouve-se de membros das duas

unidades administrativas a afirmação que estamos perdendo ou iremos perder dinheiro por causa daquele problema.

Como já fora citado anteriormente, a construção da identidade é social. Laclau (1990, p. 33, citado por Hall, 2009, p. 110), reafirma, no entanto, que esta construção é um ato de poder. Poder no sentido de força coletiva, ou vozes coletivas em defesa de um bem cultural, material e simbólico. Levando em conta o caráter ocasional e transitório da constituição da identidade pode-se afirmar que a opressão pela qual passa um determinado grupo é elemento integrante ou motivador dessa constituição. Nas palavras do autor, se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça. Esse coletivo de vozes que entoam citando acontecimentos históricos marcantes e fatos cotidianos na construção da identidade territorial torna bem claro essa afirmação. Vejamos o depoimento:

*“Eu já estou ficando uma pessoa de idade e nós queremos o mais fácil e não o mais difícil. Se todo mundo se unir e for junto à união faz a força, fica mais fácil de resolver.” (Elizabeth, 53 anos)*

A ameaça de ver sua vida tornar-se mais difícil com a transferência de território para Serra Branca é um dos elementos motivadores para a afirmação da identidade pelo território de Sumé. O prenúncio de um pertencimento que distancie os moradores daquelas comunidades de suas relações afetivas/familiares é, também, elemento constituinte da identidade do grupo pelo território de Sumé.

*“A gente quer ser de Sumé porque todo mundo tem família em Sumé. Eu tenho irmão, eu tenho primo, eu tenho sobrinho, família que mora completamente lá em Sumé. E em Serra Branca a maioria do povo aqui não tem conhecimento com ninguém” (Elizabeth, 53 anos)*

Nos discursos dos entrevistados há conexão entre os “pontos comuns” que os ligam ao território de Sumé. O discurso flui facilmente de forma a tornar compreensível como está se estruturando a identidade local. É o que Hall (2009, p. 112) chama de uma bem-sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso na construção da identidade.

Diz-se que as identidades são pontos de apego temporários porque é na ocasionalidade do momento, diante das necessidades temporárias que elas são evidenciadas. Assim é o sentimento de pertencimento dos entrevistados pelo município de Sumé, que embora busquem nas memórias elementos para justificar o apego, estão fazendo isto neste momento em que há necessidade de constituição da identidade.

### **4.3 O protagonismo dos sujeitos pesquisados na busca pela afirmação da identidade**

Após a instalação do conflito territorial e identitário nas comunidades Olho D'água do Padre, Caititu, Mulungu, Catonho e Assentamento Paulo Freire os camponeses residentes naquele território tem relutado das mais variadas formas possíveis a fim de defender os interesses dos moradores das comunidades.

Neste sentido, cai por terra a noção que os camponeses são submissos, dependentes de outrem para organizar-se e lutar, pois estes têm lutado enquanto grupo, coletividade para defender seus interesses.

E é em torno dessa incessante luta que vem se constituindo a identidade territorial naquelas comunidades. Como atores e autores de suas histórias aqueles sujeitos mostraram através de depoimentos que são conscientes da necessidade de lutar por seus direitos. Entre as ações protagonizadas por eles para defender o pertencimento pelo município de Sumé pode-se encontrar registros de manifesto realizado na cidade de Serra Branca onde buscou-se estabelecer o diálogo com o gestor daquele município em uma tentativa de acordo sobre a cessão das comunidades para o território de Sumé; abaixo-assinado direcionado ao poder público justificando a necessidade de continuar pertencendo ao território de Sumé; e outras reuniões na comunidade em busca de diálogo, entre elas pode-se encontrar registro fotográfico de uma reunião realizada na comunidade envolvendo os moradores e representantes da Universidade Federal de Campina Grande UFCG em busca de sensibilizar os órgãos públicos sobre a questão.



**Foto:** reunião realizada na comunidade Olho D'água do Padre  
**Acervo:** observatório de políticas públicas do Semiárido

Como encaminhamento das reivindicações locais em busca de solução para o conflito territorial, foi realizado projeto de decreto legislativo de propositura de um político da região, o qual foi protocolado junto a Assembléia Legislativa da Paraíba (ver anexo 1), o qual propõe a realização de um plebiscito onde os moradores daquelas comunidades deliberarão sobre o pertencimento a Sumé ou Serra Branca.

Nos depoimentos abaixo é possível verificar que os moradores das comunidades estão inteirados da discussão, participam ativamente das mobilizações que diz respeito a este assunto, bem como, se propõem a continuar buscando alternativas para defender o pertencimento pelo território de Sumé e tem conhecimento dos seus direitos enquanto cidadãos.

*“Já foi feito várias mobilizações para resolver essa situação. Abaixo assinado, reunião com o próprio prefeito do município e vereador, tudo aqui na escola, tentando um acordo, mas infelizmente, até hoje nunca teve. Teve outro movimento lá na cidade de Serra Branca também e isso não chegou a resolver nada”. (Cazuza, 34 anos)*

*“Nós fomos uma vez pra Serra Branca, pra ter uma reunião com o prefeito, mais o prefeito não compareceu. Nós fomos lá uma vez, foi um ônibus cheio, bastante gente de moto, acho que foi mais de 100 pessoas. E eu to com vontade de ir agora em João Pessoa, se eu arrumar companhia nós vamos lá, vamos ficar batendo, vamos procurar alguém que queira ajudar nós. Alguém tem que se comprometer e cumprir, mais nós temos que se mobilizar. Nós somos uma cidadã que nós temos direito, e esse direito nós temos que procurar. (Elizabeth, 53 anos)*



Foto: manifesto realizado na cidade de Serra Branca por moradores das comunidades  
Disponível em: <http://www.paraibamix.com/2012/01/populares-fazem-protesto-em-frente.html>

Esta fotografia foi publicada por um jornal da região do cariri no ano de 2012 e demonstra o ato público realizado pelos moradores das comunidades envolvidas no conflito após uma tentativa frustrada de diálogo com o gestor da cidade de Serra Branca. Nesta pode-se ler palavras de ordem e reveladores tanto da capacidade de mobilização destes, como do sentimento de pertencimento pelo território de Sumé.

A forma técnica como a questão de limites territoriais foi inicialmente suscitada é outro aspecto contestado pelos entrevistados, que se indagam porque depois de tantos anos de história na comunidade houve essa redefinição territorial sem levar em conta as relações construídas ali e com o município de Sumé. Redefinição esta que tem provocado uma desestabilização na vida dos moradores daquelas comunidades e que ameaça trazer ainda mais prejuízos para os moradores, que estão na iminência de uma definitiva desterritorialização.

*“Era para ter ouvido primeiramente a comunidade. Era pra ter feito uma pesquisa primeiro, sobre a vontade do povo, sobre querer passar a pertencer a Serra Branca ou não, não teve aquele negócio de ouvir a comunidade pra onde a comunidade queria ficar ou não, antes de fazer. Depois de feito e registrado pronto. Ai fica isso toda essa polêmica, esse problema” (Cazuza, 34 anos).*

*“Si disser assim ficou pra Serra Branca eu vou procurar quem compre isso aqui, ou dou de graça e vou embora. Se for preá ficar pertencendo a Serra Branca eu abandono isso aqui e vou pra outro canto.” (Martin, 74 anos)*

Diante dos fatos elencados, evidencia-se que faz sentido a incessante luta daqueles camponeses em busca de pertencer ao território de Sumé, com isso constituem sua identidade e fazem história. Diante da relevância das questões postas, anuncia-se um campo de possibilidades para pesquisas futuras.

### **Considerações finais: desvelando possibilidades...**

Diante das informações obtidas com a realização do estudo pode-se dizer que estamos vivendo um momento ímpar na região do cariri paraibano, através da problemática posta nas

comunidades rurais de Olho D'água do Padre, Caititu, Mulungu, Catonho e Assentamento Paulo Freire, no que tange as possibilidades de pesquisa sobre identidade, territorialidade, memórias, e tantas outras áreas que possam se dispor a compreender os fatos pelos mais diversos vieses.

Diante das negociáveis situações que vivemos na contemporaneidade, foi bastante oportuno conhecer o que faz daquele grupo de camponeses uma singularidade, e o que os faz manter o sentimento de coletividade, numa sociedade em que quase tudo é individualismo. Quanto às prerrogativas mais inquietantes as quais foram motivadoras deste estudo, pode-se perceber que quando àquele grupo social teve suas referências culturais ameaçadas por mudanças externas as suas vontades teve início a crise identitária. A luz das teorias postas foi possível compreender que as identidades se constroem a partir da necessidade do momento e recorrendo as mais diversas justificativas, tanto contemporâneas, como remotas, ambas importantíssimas para se compreender a relação de pertencimento por determinado território. No contexto do estudo, se constrói e/ou se reforça identidade quando as questões referências das culturais de um determinado grupo são ameaçadas de destruição, bem como, quando a possibilidade de tornar suas vidas ainda mais difíceis no meio rural se faz presente.

Este estudo possibilitou que os sujeitos do meio rural fossem colocados em evidência como protagonistas de suas histórias e demonstrou a diversidade de saber existente no campo, bem como a importância de preservação das memórias, enquanto é possível, pois estas tem muito a contribuir para construção da história local, baseada não apenas nos vultuosos homens da cidade que fizeram e fazem história, mas preponderantemente nos homens e mulheres em lugares mais remotos, esquecidos, os quais a ciência geralmente tem como irrelevantes.

Por fim e para que se iniciem novas discussões nesta temática, espero que sejam repensadas as formas de análise do pertencimento de determinados grupos por determinado território, que estas redefinições levem em conta também os anseios dos sujeitos envolvidos.

### **Referências Bibliográficas**

BRANDÃO, Vera Maria Antonieta Tordino. Memórias e Identidades. In: **Labirintos da memória: quem sou?** São Paulo: Paulus, 2008, p.31-43.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, **22**(1): 165-180, abr.2010, p.116.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et al.* Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70

\_\_\_\_\_. **Territórios alternativos.** Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002, p.132-133.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L.(org.) **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-190.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais.** 9. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2009, p.103-133.

MARCOS, Valéria de. **Do território como suporte ao território como patrimônio.**

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Loyola, 1996

MEMÓRIA. In: HISTÓRICOS, Dicionário de Conceitos. Ed. Contexto. São Paulo: 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 9. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2009, p.73-102.

SOUSA, Edevaldo Aparecido; PEDRON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas,** Mato Grosso, v.1, n.6, p.126-148, 2007.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. In: **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212.

PROULX, Marc-Urban. Le rôle des territoires dans la régulation de l'économie mondiale. *Association des Aménagistes du Québec*, p.1-12, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade nas sociedades modernas. In: **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.203-262.



# Anexos

Anexo I - Projeto de decreto legislativo























Anexo II - Ofício emitido pelo IBGE



Anexo III - Mapas dos territórios de Sumé e Serra Branca





Anexo IV - Abaixo Assinado realizado por moradores





















## APÊNDICE

TERMOS DE CONSENTIMENTO  
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Universidade Federal de Campina Grande  
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido  
Unidade Acadêmica de Educação do Campo  
Curso de Licenciatura em Educação do Campo  
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Dados de identificação**

Título do Projeto: Estudo do conflito identitário e territorial nas Comunidades Olho D'água do Padre, Caititu, Mulungu, Catonho e Assentamento Paulo Freire.

Pesquisadores Responsáveis: Carla Mailde Feitosa Santa Cruz e Valdonilson Barbosa dos Santos

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal de Campina Grande

Telefones para contato: (83) 3353 1850 (83) 9830-9743

Nome do voluntário: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ anos R.G. \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “*Estudo do conflito identitário e territorial nas Comunidades Olho D’água do Padre, Caititu, Mulungu, Catonho e Assentamento Paulo Freire*” sob responsabilidade dos pesquisadores Carla Mailde Feitosa Santa Cruz e Valdonilson Barbosa dos Santos, o qual pretende estudar o conflito territorial e identitário nas citadas comunidades rurais.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de depoimento oral sobre o caso a ser estudado. Se o Sr.(ª) aceitar participar, estará contribuindo para o Trabalho de Conclusão de Curso de Carla Mailde Feitosa Santa Cruz que busca compreender quando e como se iniciou o conflito territorial nas citadas comunidades e quais as consequências que este processo tem trazidos para os moradores destas comunidades rurais.

Se depois de consentir em sua participação o Sr. (ª) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (ª) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (ª) poderá entrar em contato com os pesquisadores no endereço: Universidade Federal de Campina Grande, Rua Luis Grande, s/n), Bairro Frei Damião ou pelo telefone (83)3353-1850.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Carla Mailde Feitosa Santa Cruz

\_\_\_\_\_  
Valdonilson Barbosa dos Santos

Eu, \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado(a) e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Sumé, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante

## Roteiro de Entrevistas

### História de vida

1. O Senhor (a) nasceu aonde? No hospital de Sumé?
2. Sua infância foi aqui na comunidade mesmo? Como era naquela época? Ajudava seus pais no roçado?
3. Quando criança ia muito as feiras da região? Aonde? Ia em que?
4. Como era seu tempo de escola? Estudou aqui mesmo?
5. As festas de padroeiro sempre é uma tradição. O senhor (a) ia sempre quando era criança?
6. O senhor (a) lembra da primeira bodega aqui da comunidade? Frequentava sempre?

### Entrevista temática

1. Quando foi que começou esse problema da redefinição territorial?
2. O senhor (a) se considera de onde: Sumé ou Serra Branca e por quê?
3. Por que quer ser de um canto e não quer ser de outro?
4. Quais os fatores que faz com que você se identifique com um município e tenha rejeição pelo outro?
5. Desde quando o senhor (a) mora na comunidade?
6. Seus pais eram daqui mesmo?
7. Já morou em outro lugar, ou pensa em morar?
8. O senhor (a) tem lembrança da construção daquela escola de Olho D'água. Ajudou a construir?
9. E aquela construção ali (posto de saúde), está parada por quê?
10. Quais as consequências que a redefinição tem causado?
11. O que os moradores já fizeram para tentar reverter à situação?
12. Como o senhor (a) espera que este conflito seja resolvido?